

IX SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E INOVAÇÃO XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

11 a 13 de Nov<mark>embro | Pato Bra</mark>nco - PR



https://eventos.utfpr.edu.br//sei/sei2019

Estudo e Observação de Leis que Regem a Inclusão Escolar, em Especial de Deficientes Visuais

Study and Observation of Laws Governing School Inclusion, Especially the Visually Impaired

RESUMO

Aline Fernanda Oliveira da Costa alinec2798@qmail.com Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, Paraná, Brasil

Enio de Lorena Stanzani stanzanii@utfpr.edu.br Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, Paraná, Brasil

José Bento Suar Júnior suart@utfpr.edu.br Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, Paraná, Brasil

Angélica Cristina Rivelini Silva arivelini@utfpr.edu.br Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Apucarana, Paraná, Brasil

Recebido: 19 ago. 2019. **Apro**vado: 01 out. 2019.

Direito autoral: Este trabalho está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0

O trabalho apresentado tem por objetivo a análise da aplicabilidade de leis que regem a inclusão escolar, em especial o ensino de química a cegos, observando que a Declaração de Salamanca traz uma nova visão de inclusão escolar. Para esta análise, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico, pois com esse mapeamento foi possível observar que são poucos os artigos que relatam sobre as leis que regem a inclusão ou sequer sobre a temática. Neste trabalho, apresentamos, também, de que forma as visões de Vygotsky poderiam auxiliar os professores com relação ao desenvolvimento de novas metodologias efetivas ao ensino desses deficientes visuais. E, através do auxílio dos membros que frequentam o Instituto dos Cegos de Apucarana, foi possível observar que as leis não estão sendo seguidas de forma correta, pois muitos deles se queixaram da falta de materiais adaptados e professores preparados.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Cegos. Química.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the applicability of laws governing school inclusion, especially the teaching of chemistry to the blind, noting that the Salamanca Declaration brings a new vision of school inclusion. For this analysis, it was necessary to conduct a bibliographic survey, because with this mapping it was possible to observe that there are few articles that report on the laws governing the inclusion or even on the subject. In this paper, we also present how Vygotsky's views could help teachers with respect to the development of new effective methodologies for teaching these visually impaired people. And through the help of members attending the Apucarana Blind Institute, it was observed that the laws are not being followed correctly, as many of them complained of the lack of adapted materials and prepared teachers.

KEYWORDS: Blind. Inclusion. Chemical.







IX SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E INOVAÇÃO XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

11 a 13 de Novembro | Pato Branco - PR





INTRODUÇÃO

Este projeto tem por objetivo o estudo e a observação do desenvolvimento cronológico das leis que regem a inclusão escolar, com o auxílio dos membros do Instituto dos Cegos de Apucarana, através de entrevistas e oficinas realizadas com esses membros. Além da identificação de como ocorreu a inclusão escolar e a observação de que maneira esse movimento no Brasil se inicia, é possível observar que essa mobilização, comparada com outros países de uma forma cronológica, começou tardiamente. Esse Movimento foi iniciado após o interesse comum de pessoas com o intuito de proporcionar a esses deficientes um ensino de qualidade. Porém, como já descrito, foi necessário um tempo significativo para que tais ações ganhassem destaque, o que começa a ocorrer após uma ação conjunta de movimentos sociais, culturais, pedagógicos, a luta de famílias, entre outros. (DIAS; BELEM, 2016)

Esse processo tem início no ano de 1854 com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, tendo como objetivo inicial a educação moral e religiosa, ensino de música e alguns ofícios fabris, percebendo que, com o decorrer do tempo, as visões e os objetivos mudam, ou seja, de acordo com as necessidades desses deficientes, algumas leis foram reescritas ou até mesmo surgiram novas.

A inclusão possui como objetivo a construção de uma escola para todos, sem qualquer tipo de discriminação, seja ela de cor, raça, status social, entre outras, isto é, um local onde crianças e adolescentes possam desfrutar de um ensino de qualidade, quer ele gratuito ou privado, além de se desenvolver como pessoa, aprendendo a respeitar o diferente. No entanto, para que esse direito seja garantido, Leis, decretos e portarias foram desenvolvidos e implantados, promovendo o ensino inclusivo.

Uma das principais leis que inicia o movimento da inclusão escolar, de acordo com o desejo de obter uma escola para todos, recebe o nome de Declaração de Salamanca (1994), em uma Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, documento importante para o progresso da Educação Inclusiva. Essa Declaração originou-se com o intuito de direcionar os países a uma educação e políticas públicas neutras, ou seja, livre de preconceito social, econômico ou sociocultural. Também defende a ideia de que o planejamento educacional deve se adequar às necessidades de cada indivíduo e as escolas devem promover relação entre crianças que possuem necessidades especiais e as consideradas normais, sendo indispensáveis professores



IX SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E INOVAÇÃO XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

11 a 13 de Nov<mark>embro | Pato Bra</mark>nco - PR



especializados, para que esses sejam capazes de trabalhar em situações distintas. (SANTOS; SANTOS, 2016)

São leis como a Declaração de Salamanca responsáveis por garantir uma educação adequada e de qualidade, não somente o ensino, mas assegurar que pessoas com deficiência sejam inclusas socialmente e tratadas com o devido respeito, pois a partir da Declaração é possível perceber que as leis começam a serem mais inclusivas em um âmbito geral.

MATERIAL E MÉTODO

Apoiados na metodologia proposta por Souza, Arrigo e Broietti (2018), como base para o levantamento bibliográfico, realizamos um mapeamento dos trabalhos publicados com a temática 'inclusão de deficientes visuais em aulas de ciências'. Para iniciar o levantamento, selecionamos as palavras-chave: inclusão, deficientes visuais e cegos. As buscas foram realizadas nos sites dos 56 periódicos da área de ciência, ensino, química e educação apresentados no artigo de Souza, Arrigo e Broietti e nos buscadores do Scielo.

Concluída a busca, os arquivos foram lidos e divididos em grupos de acordo com os temas. Os grupos foram chamados de categoria de análise e são elas: Experimentos químicos adaptados, Leis sobre a inclusão escolar, Ações de inclusão e Práticas pedagógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o tema Inclusão de Deficientes Visuais, foram selecionados, através da pesquisa realizada, 21 artigos. Observamos que, com relação aos periódicos organizados pelas autoras e ao tema definido, cerca de 37,50% de artigos publicados corresponde a essa temática. Esses 21 artigos foram analisados e realocados em categorias, como a seguir:

- a) Categoria 1: Experimentos Adaptados nesta categoria, foram agrupados, como o título sugere, a adaptação de experimentos e aulas teóricas para facilitar o ensino dos alunos com necessidades especiais, no caso a deficiência visual, utilizando de texturas, tecnologia, entre outras, de forma que o aluno se sinta confortável, além de facilitar também o entendimento de alunos sem necessidades especiais;
- b) Categoria 2: Inclusão Social e Seus avanços nesta categoria, foram reunidos artigos que relatam a evolução histórica escolar, desde como alunos com necessidades especiais foram introduzidos em todos os níveis de ensino, e de que forma esses alunos, após serem inclusos em



IX SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E INOVAÇÃO XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

11 a 13 de Nov<mark>embro | Pato Bra</mark>nco - PR



- escolas, ajudam a não apenas se desenvolverem a si próprios e, sim, no desenvolvimento da sociedade como um todo;
- c) Categoria 3: Historicidade com Relação à Política e Suas Leis nesta categoria, foram agrupados artigos que relatam os marcos históricos políticos e as Leis que regem a inclusão de alunos com necessidades especiais, garantindo a inclusão de alunos com deficiência visual, assegurando, também, o ensino de qualidade, além de ser possível identificar a relação entre a política de cada época com seus acontecimentos, constatando que, com o passar do tempo, as visões mudam;
- d) Categoria 4: Formação de Professores nesta categoria, foram reunidos artigos referentes a estudos pedagógicos feitos com o objetivo de melhorar a formação de professores, estudos esses feitos com base em escolas, relatórios e alunos que não tiveram um ensino adequado, no caso, de química. Ou seja, como formar professores que estejam preparados para educar qualquer aluno, seja ele com necessidades especiais ou não;

Todas as categorias descritas acima se relacionam, pois relatam a importância da adaptação de experimentos. De acordo com a teoria de Vygotsky (COELHO; PISON, 2012), o desenvolvimento intelectual do aluno se dá por meio da interação social, isto é, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. O autor ainda acrescenta que a aprendizagem é uma experiência social, dividida entre a utilização de instrumentos e ícones, além de relatos de alunos, que ajudam a compreender de que forma o ensino e a literatura podem ser modificados para que atendam às suas necessidades. A tecnologia assistiva, por exemplo, auxilia os alunos com necessidades especiais de tal forma que eles conseguem manipular variáveis e praticar conteúdos já estudados, porém é uma tecnologia escassa no meio educacional.

Vygotsky relata, ainda, sobre dois desenvolvimentos identificados: o desenvolvimento real, que é quando a criança é capaz de aprender algo sem nenhuma ajuda (COELHO; PISON, 2012). Entretanto, o desenvolvimento potencial é quando a criança precisa de alguém para auxiliá-la. Dessa forma, quando tratamos de inclusão escolar, os dois tipos de desenvolvimentos devem seguir em conjunto, pois, a partir de determinado momento, a criança é instigada pela pessoa que a está ajudando, chegando um momento em que ela não irá mais precisar de ajuda.

Contudo, nota-se que mesmo que materiais sejam adaptados a esses alunos, os professores não estão preparados para ensiná-los, já que em sua graduação



IX SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E INOVAÇÃO XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA 11 a 13 de Novembro | Pato Branco - PR

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARAN

CÂMPUS PATO BRANCO

eles não foram preparados para lidar com o diferente, sendo necessário mudar as metodologias de formação de professores, visto que, hoje em dia, com o avanço histórico político em leis, é de total direito aos deficientes visuais ou não frequentarem um ensino, seja ele público ou privado, de qualidade, com

materiais adaptados e professores preparados, garantido por leis e decretos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, para portadores de necessidades especiais, no caso a cegueira, tudo se torna mais complexo, visto que todos os experimentos realizados em aulas práticas precisam ser adaptados, pois necessitam usar outros sentidos e, por esse fato, muitos professores, quando não conseguem adaptar o experimento, dificultam o aprendizado do aluno. Por fim, de acordo com as leituras realizadas no levantamento bibliográfico, é possível identificar que muitos desses deficientes visuais não sabem que lhes é de direito um ensino adequado e de qualidade, afinal as Leis não seguem o real padrão de inclusão escolar, uma vez que em muitas escolas falta material adaptado, professores capazes e metodologias específicas para esses alunos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UTFPR e ao Instituto dos Cegos de Apucarana por viabilizar condições para a realização deste projeto de extensão, e assim estimular o desenvolvimento social escolar no Brasil.

REFERÊNCIAS

COELHO, L.; PISONI, S. Vygotsky: sua teoria e a influência na educação. **Revista e - Ped -** FACOS/CENE Osório vol. 2 - n° 1. Agosto, 2012. Acesso em: 14 ago. 2019.

DIAS, V. B.; BELEM, K. M. Educação Inclusiva e Ensino de Ciências e Biologia: tendências reveladas em trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPECs) no período de 1997 a 2013, 2016. Acesso em: 14 ago. 2019.

SANTOS, A. R.; SANTOS, R. G. M. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca. Aracaju, 2016. Disponível em:



IX SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E INOVAÇÃO XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA 11 a 13 de Novembro | Pato Branco - PR



https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc 07.pdf. Acesso em: 14 ago. 2019.

ASSAI, N. D. de S.; ARRIGO, V.; BROIETTI, F. C. D. Uma Proposta de Mapeamento em Periódicos Nacionais da Área de Ensino de Ciências. A Mapping Proposal In National Journals Of The Science Teaching Area. REPPE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino - Universidade Estadual do Norte do Paraná Cornélio Procópio, v. 2, n. 1, p. 150-166, 2018. Acesso em: 17 mar. 2019.